



De acordo com o relator do processo, conselheiro Marcio Monteiro, a medida cautelar foi concedida após o município não comprovar a efetiva execução dos serviços contratados, mesmo após intimação expressa para envio da documentação. Ainda assim, o Tribunal apurou que mais de R\$ 1,8 milhão já havia sido pago à contratada.

A decisão menciona que o modelo contratual adotado, conhecido como “ad exitum”, prevê que a remuneração seja feita apenas mediante comprovação de êxito nas compensações tributárias, o que não foi apresentado. Segundo o conselheiro, os pagamentos ocorreram em desacordo com a Lei nº 4.320/64, que exige liquidação da despesa com a comprovação da prestação do serviço.

Além disso, a Corte de Contas observou que o contrato sofreu aditivos de valor e prazo sem que o TCE fosse informado, o que contraria normas da Resolução nº 88/2018.

O Ministério Público de Contas (MPC), ao requerer a cautelar, destacou a possibilidade de dano ao erário, considerando o volume já pago sem respaldo técnico ou documental. A medida tem caráter preventivo, evitando novos repasses enquanto o processo segue sob análise. Em caso de descumprimento, a multa prevista é de 1.000 UFERMS.

## Leia também

- [MP investiga como futebol de MS recebia dinheiro público com contas reprovadas](#)
- [Tribunal rejeita denúncia contra Prefeitura de Dourados por publicidade ilegal](#)
- [Estouro do limite fiscal reprovava contas do ex-prefeito Reinaldo Miranda](#)

